

Coordenação Científica  
**FABIANO DA ROSA TESOLIN**

Coordenação Executiva  
**ANDRÉ DE AZEVEDO MACHADO**

# **DIREITO FEDERAL BRASILEIRO**

15 anos de jurisdição no STJ dos  
**Ministros Og Fernandes, Luis Felipe Salomão e  
Mauro Campbell Marques**

Londrina/PR  
2023

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**

**Bibliotecário: Rodrigo Alexandre  
Rodrigues, CRB9 / 2005**

D598

**Direito federal brasileiro:** 15  
anos de jurisdição no STJ  
dos Ministros Og Fernandes,  
Luis Felipe Salomão e Mauro  
Campbell Marques / Fabiano da  
Rosa Tesolin, André de Azevedo  
Machado (coords.). – Londrina:  
Editora Thoth, 2023.

1052 p.

Vários colaboradores  
ISBN 978-65-5959-491-7

1. Direito. 2. Superior Tribunal de Justiça.  
I. Título.

CDD 340.1  
CDU 340

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito: 340

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Os autores

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Conselho Editorial (Gestão 2023)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •  
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.  
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel  
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.  
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme  
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves  
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Picholi da  
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.  
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.  
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

# SUMÁRIO

---

SOBRE OS COORDENADORES.....	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO .....	21

## CAPÍTULO 1

**Araken de Assis**

DEPÓSITO JUDICIAL E RESPONSABILIDADE PELOS ENCARGOS DA DÍVIDA .....	45
Introdução.....	45
1 Depósito em dinheiro e responsabilidade do depositário .....	47
2 Depósito em dinheiro e responsabilidade do executado.....	52
Conclusão.....	55
Bibliografia.....	55

## CAPÍTULO 2

**José Alberto Simonetti**

STJ E PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA .....	57
Introdução .....	57
1 OAB e STJ: identidade institucional cidadã.....	58
2 Prerrogativas da advocacia e STJ: a proteção da cidadania no Brasil .....	62
3 As prerrogativas da advocacia na jurisprudência do STJ.....	69
a. Uniformização da interpretação do art. 85, § 8º, do CPC.....	70
b. Sigilo de informações relacionadas ao exercício da profissão.....	72
Conclusões .....	74
Referências bibliográficas.....	74

## CAPÍTULO 3

**Cassio Scarpinella Bueno**

TUTELA PROVISÓRIA E DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA “AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA”.....	79
--	----

Introdução.....	79
1 Tutela provisória .....	80
2 O regime da tutela provisória e as ações de improbidade administrativa .....	81
3 Especificamente a indisponibilidade de bens .....	82
3.1 Legitimidade para o pedido de indisponibilidade.....	87
4 Afastamento do agente público.....	88
5 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	89
Considerações finais .....	91
Referências bibliográficas.....	92

## **CAPÍTULO 4**

**Daniel Mitidiero**

AS TRÊS FACES DA QUESTÃO FEDERAL E O RECURSO ESPECIAL .....	95
Introdução.....	95
1 Contrariar Tratado ou Lei Federal, ou Negar-lhe Vigência.....	96
2 Julgar Válido Ato de Governo Local Contestado em face de Lei Federal.....	104
3 Lei Federal com Interpretação Divergente da que lhe Haja Atribuído outro Tribunal..	105
Considerações Finais .....	108
Referências Bibliográficas .....	108

## **CAPÍTULO 5**

**Eduardo Arruda Alvim**

**Ígor Martins da Cunha**

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL E O EMPREGO DE CONCEITO INDETERMINADO.....	111
Introdução.....	111
1 A Relevância da questão federal – antecedentes históricos – semelhanças e diferenças.	113
2 A Relevância da Questão Federal – O Emprego do Conceito Legal Indeterminado.	123
Conclusão.....	133
Bibliografia .....	134

## **CAPÍTULO 6**

**Fernando da Fonseca Gajardoni**

AFASTAMENTO CAUTELAR DO AGENTE PÚBLICO NA “NOVA” LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	137
1 Tutelas provisórias de urgência na improbidade administrativa.....	137
2 Afastamento cautelar do investigado no curso da investigação ou da ação de improbidade administrativa .....	140
2.1 Afastamento cautelar por decisão da autoridade administrativa .....	142
2.2 Nova hipótese de cabimento do afastamento cautelar do agente: garantia da ordem pública.....	143
2.3 Duração da medida cautelar de afastamento do agente .....	146
Conclusão.....	147

Referências bibliográficas.....	148
---------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 7**

**Flávio Tartuce**

A PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA E A MULTIPARENTALIDADE NA DOCTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA. SITUAÇÃO JURÍDICA ATUAL E ALGUMAS POLÊMICAS.....	149
---	-----

Introdução.....	149
-----------------	-----

1 Breve histórico a respeito da parentalidade socioafetiva no Brasil. o seu enquadramento como forma de parentesco civil, no art. 1.593 do código civil brasileiro.....	150
---	-----

2 A decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro a respeito da parentalidade socioafetiva e da multiparentalidade.....	157
--	-----

3 A extrajudicialização da parentalidade socioafetiva e da multiparentalidade no Brasil.....	162
--	-----

4 Da impossibilidade de se reconhecer a multiparentalidade em casos de adoção prévia.....	168
---	-----

5 Da ação vindicatória de filho e do reconhecimento da multiparentalidade.....	172
--	-----

Referências .....	174
-------------------	-----

## **CAPÍTULO 8**

**Fredie Didier Jr.**

**Leandro Fernandez**

A AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA NO SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS.....	177
---	-----

1 A reabilitação da autotutela e sua compreensão como porta de acesso à justiça .....	177
---	-----

2 Conceito.....	179
-----------------	-----

3 Abrangência e natureza jurídica da autotutela.....	179
--	-----

4 A autotutela na legislação brasileira .....	182
---	-----

5 Modalidades de autotutela.....	187
----------------------------------	-----

6 A autotutela administrativa: aspectos processuais .....	189
---	-----

6.1 Autoexecutoriedade e interesse de agir .....	189
--	-----

6.2 Anulação dos próprios atos.....	191
-------------------------------------	-----

6.1.2 Autotutela administrativa e devido processo.....	191
--	-----

6.1.3 Consideração das consequências práticas da decisão.....	193
---	-----

6.1.4 Preservação da estabilidade, integridade e coerência .....	194
--	-----

Conclusões .....	195
------------------	-----

Referências bibliográficas.....	195
---------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 9**

**Igor Sant'Anna Tamasauskas**

**Pierpaolo Cruz Bottini**

REFLEXÕES SOBRE A REPARAÇÃO INTEGRAL DO PREJUÍZO AO ERÁRIO.....	199
---	-----

Introdução.....	200
-----------------	-----

1 A reparação do Estado em decorrência do ato de corrupção.....	201
---	-----

2 Disposições constitucionais para a construção do quadro.....	204
3 Textos legais de regência.....	205
4 Reparação em ambiente de multiplicidade institucional.....	207
5 Posição da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	209
6 Posição do Tribunal de Contas da União.....	211
Síntese conclusiva .....	213
Bibliografia .....	215

## **CAPÍTULO 10**

**Ingo Wolfgang Sarlet**

**Tiago Fensterseifer**

A “ECOLOGIZAÇÃO” DO DIREITO CIVIL NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	217
--	-----

Introdução.....	217
-----------------	-----

1 Da “constitucionalização” à “ecologização” do direito civil.....	218
--	-----

2 A “ecologização” do direito civil na jurisprudência do superior tribunal de justiça..	230
---	-----

2.1 Conceito amplo de poluidor.....	230
-------------------------------------	-----

2.2 A natureza objetiva e solidária da responsabilidade civil ambiental e adoção da “teoria do risco integral”.....	232
---	-----

2.3 Responsabilidade civil ambiental, relativização do nexo causal e causalidade jurídica.....	236
--	-----

2.4 A vedação da adoção da “Teoria do Fato Consumado” em matéria ambiental (Súmula 613 do STJ) .....	239
--	-----

2.5 Imprescritibilidade do dever de reparação do dano ambiental.....	241
--	-----

2.6 A função ambiental da propriedade e da posse e a natureza real ou propter rem da reserva legal e da área de preservação permanente (Súmula 623 do STJ).....	245
---	-----

2.7 “Família multiespécie” e o reconhecimento do status jurídico de seres sencientes atribuído aos animais (REsp 1.713.167/SP).....	249
---	-----

2.8 A dignidade e reconhecimento dos animais não humanos como sujeitos de direito (REsp 1.797.175/SP).....	250
--	-----

Considerações finais: a governança judicial ecológica exercida pelo STJ.....	252
--	-----

## **CAPÍTULO 11**

**José Miguel García Medina**

O NOVO RECURSO ESPECIAL E A TIPOLOGIA DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL: POSSÍVEIS IMPACTOS NO MODELO FEDERATIVO BRASILEIRO.....	255
---	-----

Introdução.....	255
-----------------	-----

1 Relevância da questão infraconstitucional para o recurso especial (art. 105, §§ 2.º e 3.º da CF) e repercussão geral da questão constitucional para o recurso extraordinário (art. 102, § 3.º da CF): aproximações e distinções. A relevância como mecanismo de restrição ou veículo de transposição do recurso especial .....	256
--	-----

2 Tipologia da relevância da questão federal infraconstitucional .....	259
3 Hipóteses constitucionais explícitas de relevância da questão, em razão da matéria e em razão do valor da causa. Mera presunção?.....	260
4 Hipótese constitucional explícita de relevância da questão, por contrariedade a jurisprudência dominante do STJ. Jurisprudência e enunciados da Súmula. Particularmente o caso de violação a tese firmada pelo STJ em julgamento de recurso especial repetitivo ou de incidente de assunção de competência. Tutela das funções nomofilática e paradigmática do Tribunal .....	261
5 Hipótese constitucional implícita de relevância. Divergência jurisprudencial (art. 105, III, c da CF). Tutela da função uniformizadora do STJ .....	263
6 A disciplina infraconstitucional da relevância. Princípios a serem observados .....	264
7 O Superior Tribunal de Justiça que surgirá, com o novo recurso especial. Impactos no modelo federativo brasileiro.....	269

## CAPÍTULO 12

**Kazuo Watanabe**

RELEVÂNCIA DA ADVOCACIA CONSENSUAL.....	273
---	-----

## CAPÍTULO 13

**Luiz Guilherme Marinoni**

DOS RECURSOS REPETITIVOS À ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA .....	277
1 Da Corte de Correção à Corte de Precedentes.....	277
2 A função prospectiva da Corte de Precedentes .....	279
3 Quando a função da Corte de Precedentes não é compreendida .....	283
3.1 A preocupação com a otimização do trabalho do Judiciário .....	283
3.2 A Corte voltada ao passado e às questões específicas .....	284
4 O Superior Tribunal de Justiça depende do trabalho desenvolvido pelos Juízes e Tribunais: a formação democrática dos precedentes.....	285
5 Do precedente ingênuo à universalização por meio da arguição de relevância .....	288
6 O problema do precedente universalizável: o <i>distinguishing</i> como ponto de equilíbrio.....	293
7 A admissão dos precedentes pressupõe a convivência com alguma divergência.....	295
8 A divergência como estímulo à arguição de relevância .....	297
9 A confusão entre precedente e “tese” .....	298
10 Para dar um lugar às teses .....	299
11 Uma resposta a Taruffo em tom de alerta ao direito brasileiro .....	300
12 A devolução das demandas repetitivas aos Tribunais .....	304

## CAPÍTULO 14

**Marçal Justen Filho**

PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO – PDP: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	307
Introdução .....	307
1 O contexto da inovação tecnológica .....	308

1.1 As limitações da atuação estatal direta.....	308
1.1.1 A ausência de flexibilidade do regime jurídico.....	308
1.1.2 Os riscos de frustração de resultados.....	308
1.2 A preponderância da atuação privada.....	308
2 O arcabouço jurídico brasileiro pertinente à inovação .....	309
2.1 A disciplina constitucional .....	309
2.2 A disciplina infraconstitucional.....	309
2.3 A legislação atinente a contratos administrativos .....	310
3 A figura da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo – PDP.....	310
3.1 A atuação do SUS.....	310
3.2 Aquisição mediante licitação ou compras diretas .....	311
3.3 Os medicamentos provenientes do estrangeiro.....	311
3.4 A estruturação da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).....	311
3.4.1 A disciplina infralegal.....	312
3.4.2 O reconhecimento legislativo indireto.....	313
3.5 A estruturação jurídica da PDP.....	314
3.5.1 O contrato normativo.....	314
3.5.2 As partes da PDP.....	314
3.5.3 As obrigações da União em face da farmacêutica.....	315
3.5.4 As obrigações da farmacêutica em face da União.....	315
3.5.5 As obrigações da farmacêutica em face da instituição nacional.....	315
3.5.6 As obrigações da instituição nacional em face da farmacêutica.....	315
3.5.7 As obrigações da União em face da instituição nacional.....	316
3.5.8 A pactuação de contratos específicos.....	316
3.6 A ausência de um processo isolado de aquisição de bens.....	316
3.6.1 A pluralidade contratual e a sua conexão indissociável.....	317
3.6.2 As contrapartidas das vantagens obtidas pela farmacêutica.....	317
3.6.3 A diferenciação no preço.....	317
3.6.4 O preço mais elevado.....	317
3.6.5 A disciplina normativa específica.....	317
4 A Parceria para a Inovação do Direito Europeu.....	318
4.1 A disciplina normativa comunitária .....	319
4.2 As características da Parceria para a Inovação .....	320
4.3 As distinções entre a Parceria para a Inovação e a PDP .....	320
4.3.1 A orientação à inovação efetiva.....	320
4.3.2 A ausência de relação jurídica entre três partes.....	320
4.3.3 A existência de uma contratação única.....	321
5 A PDP e o seu regime jurídico administrativo .....	321
5.1 A solução do subsídio ou fomento.....	321
5.1.1 A identificação do instituto do subsídio ou fomento.....	321
5.1.2 O fomento para atividades de inovação tecnológica.....	322
5.2 A utilização da contratação administrativa onerosa .....	322
5.2.1 A finalidade direta e específica.....	322



5.2.2 A finalidade indireta (estratégica).....	323
5.3 A PDP e a exigência de uma contrapartida direta do particular contratado.....	323
5.3.1 Ausência de incentivos econômicos.....	323
5.3.2 A configuração de relação jurídica comutativa.....	324
5.3.3 A configuração bilateralidade.....	324
5.3.4 Síntese.....	324
6 Vantajosidade da contratação: a seleção do parceiro.....	325
6.1 A dispensa de licitação .....	325
6.1.1 A exigência da contratação mais vantajosa possível.....	325
6.1.2 A existência de fornecedor único.....	325
6.1.3 Outras hipóteses de inviabilidade de competição.....	325
6.2 A instauração de procedimento seletivo .....	326
6.2.1 A ausência de uma licitação formal.....	326
6.2.2 A avaliação das condições e dos produtos da farmacêutica .....	326
6.2.3 A avaliação das condições da instituição brasileira.....	326
6.2.4 Sempre a escolha motivada e justificada.....	327
6.3 Ainda a distinção entre compra e venda e PDP .....	327
6.3.1 A questão do preço pelo medicamento.....	327
6.3.2 As questões atinentes à tecnologia e da sua absorção.....	327
6.4 O processo seletivo para a PDP.....	328
6.4.1 A inviabilidade de escolhas dissociadas.....	328
6.4.2 A concepção adequada de uma PDP.....	329
6.4.3 A configuração do sucesso da PDP.....	329
6.4.4 Ainda a questão da vantajosidade econômica.....	329
6.5 A vedação à desnaturação da PDP .....	330
6.5.1 Aquisição de medicamentos e submissão ao regime genérico.....	330
6.5.2 A simulação de PDP e suas implicações.....	330
6.5.3 A inviabilidade concreta da PDP: ainda a desnaturação.....	331
6.5.4 O insucesso na execução da PDP.....	331
7 A alteração superveniente das condições originais da PDP.....	332
7.1 Os limites à modificação contratual.....	332
7.2 O prazo da PDP e seus reflexos sobre a remuneração do particular .....	332
7.2.1 A prorrogação do prazo das obrigações de fazer.....	332
7.2.2 A ausência de caracterização de inadimplemento da farmacêutica.....	333
7.2.3 A liquidação da remuneração pertinente à transferência da tecnologia.....	333
7.2.4 A necessidade de prazo adicional para a transferência da tecnologia.....	333
7.2.5 A ampliação do prazo da PDP.....	333
7.2.6 Ampliação de quantitativos de insumos estratégicos.....	334
7.2.7 A vedação a novas aquisições de medicamentos fundadas na PDP.....	334
7.2.8 A ausência de delegação à empresa privada.....	335
Conclusão .....	335
Referências bibliográficas.....	336

**CAPÍTULO 15****Maria Sylvia Zanella Di Pietro**

TRANSFORMAÇÕES DA ADVOCACIA PÚBLICA .....	337
1 Origem da advocacia pública no direito brasileiro .....	337
1.1 Período Colonial .....	337
1.2 Período Imperial .....	338
1.3 Período Republicano .....	340
2 Sentido da expressão “advocacia pública” no estatuto a OAB .....	342
3 A advocacia pública na constituição federal .....	343
4 Atribuições da advocacia pública .....	344
5 O advogado público nas funções de consultoria e assessoramento .....	345
6 Responsabilidade dos advogados públicos pela elaboração de pareceres .....	347
7 O advogado público na função contenciosa .....	349
8 Jurisprudência do STF em matéria de advocacia pública .....	351

**CAPÍTULO 16****Alexandre de Moraes**

IMPORTANTES ALTERAÇÕES NO COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA TRAZIDAS PELA LEI 14.230/2021 .....	353
Introdução .....	353
1 Responsabilidade subjetiva e improbidade administrativa .....	356
2 Revogação da modalidade culposa e irretroatividade .....	369
3 Ausência de inércia estatal e irretroatividade do novo sistema prescricional .....	379
Conclusão .....	385
Bibliografia .....	385

**CAPÍTULO 17****Laurita Vaz**

COLABORAÇÃO PREMIADA: LIMITES E ASPECTOS PRÁTICOS .....	389
Introdução .....	389
1 Noções gerais .....	390
2 Limites subjetivos .....	392
3 Limites objetivos .....	397
Considerações finais .....	407
Referências .....	408

**CAPÍTULO 18****Maria Thereza Rocha de Assis Moura**

BREVÍSSIMAS NOTAS ACERCA DO RECONHECIMENTO PESSOAL: A INTERPRETAÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES O ARTIGO 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....	411
1 O reconhecimento pessoal: aspectos gerais .....	411

2 O reconhecimento fotográfico .....	415
3 O reconhecimento por videoconferência .....	416
4 O reconhecimento informal .....	416
5 O reconhecimento pessoal e a falibilidade da memória humana .....	417
6 A evolução da jurisprudência do STJ: o HC n. 598.886/SC.....	419
7 A evolução da jurisprudência do STF: o RHC n. 206.846/SP.....	423
8 A atuação do Conselho Nacional de Justiça .....	424
9 Os projetos legislativos n. 3.300/2019 e 676/2021.....	425
Considerações finais .....	427
Referências bibliográficas.....	428

## CAPÍTULO 19

**Nancy Andrighi**

A HERANÇA DIGITAL E OS DESAFIOS DA SUCESSÃO POST MORTEM.....	431
1 Herança digital.....	431
2 Privacidade <i>post mortem</i> e a morte digital.....	440
3 Propostas legislativas e a jurisprudência nacional.....	444
Conclusão.....	447
Bibliografia .....	447

## CAPÍTULO 20

**Regina Helena Costa**

UMA VEZ MAIS, A TRIBUTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL .....	451
Referências bibliográficas.....	462

## CAPÍTULO 21

**Antonio Carlos Ferreira**

**Juliana Farias de Alencar Christofidis**

**Mauro Alexandre Pinto**

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS: PROVEITO ECONÔMICO IMENSURÁVEL E PROVEITO ECONÔMICO INESTIMÁVEL.....	463
Introdução.....	463
1 Base de cálculo dos honorários .....	465
2 Valor da causa.....	467
3 Valor da causa x equidade.....	469
4 Proveito econômico imensurável x proveito econômico inestimável .....	472
Conclusão.....	475
Referências .....	475

**CAPÍTULO 22****Benedito Gonçalves**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	479
Introdução.....	479
1 A Responsabilidade Civil do Estado – Conceito.....	480
2 A Responsabilidade Civil do Estado no STJ.....	481
3 A Responsabilidade Civil caracterizada pela omissão do Estado.....	483
4 A Responsabilidade Civil do Estado e os Acidentes de Trânsito.....	488
5 A responsabilidade civil do Estado e o sistema penitenciário.....	494
Conclusão.....	501
Referências bibliográficas.....	502

**CAPÍTULO 23****José Antonio Dias Toffoli****Lucilene Rodrigues Santos**

AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO .....	505
Introdução.....	505
1 Dos princípios informadores do direito ambiental tributário .....	507
2 Da compreensão de que o meio ambiente do trabalho integra o conceito maior de meio ambiente .....	511
3 Da contribuição para o SAT .....	512
4 Da interpretação da legislação da contribuição para o SAT (Lei nº 8.212/91) à luz dos princípios do direito ambiental tributário.....	515
Conclusão.....	522
Bibliografia.....	523

**CAPÍTULO 24****Luiz Edson Fachin**

AUTONOMIA PESSOAL, DESTINO, JULGAMENTOS E INSTITUIÇÕES NO BRASIL: NOTAS SOBRE UMA PERGUNTA E ALGUMAS RESPOSTAS .....	527
Introdução.....	527
1 Um Brasil para Emily Dickinson.....	530
2 A Constituição e a constituição do Estado e da sociedade .....	532
3 Processos e pronunciamentos no quinquênio recente.....	534
4 Participação, democracia e desigualdade .....	541
Notas conclusivas.....	547

**CAPÍTULO 25****Gilmar Ferreira Mendes**

O FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DO JULGAMENTO DA ADO Nº 25 .....	551
--	-----

Introdução.....	551
1 O federalismo fiscal brasileiro .....	552
2 A desoneração das exportações e o advento da emenda constitucional n° 42/2003.....	554
3 A omissão inconstitucional analisada no julgamento da ado n° 25 .....	557
Conclusão.....	559

## **CAPÍTULO 26**

**Luiz Alberto Gurgel de Faria**

**Guilherme Ribas da Silva Santos**

A LEI COMPLEMENTAR COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	561
Introdução .....	561
2 Noções de segurança jurídico-tributária.....	562
3 Segurança jurídica na ordem constitucional tributária .....	564
4 Aspectos da denominada “guerra fiscal” .....	568
5 Do papel estrutural da lei complementar.....	570
Considerações finais .....	575
Referências .....	576

## **CAPÍTULO 27**

**Humberto Martins**

SOBRE O PRINCÍPIO DA LICITAÇÃO, SUA APLICAÇÃO ÀS EMPRESAS ESTATAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O TEMA.....	579
Introdução e homenagem aos Ministros Og Fernandes, Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques .....	579
1 O dever de licitar na Constituição Federal de 1988 como manifestação do princípio da isonomia e a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.....	580
2 O alcance do dever de licitar para as empresas estatais – O desempenho das atividades finalísticas – A alienação de subsidiárias – Necessidade de observância dos princípios constitucionais da administração pública .....	582
Conclusão.....	591
Referências bibliográficas.....	592

## **CAPÍTULO 28**

**João Otávio de Noronha**

IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART. 155, § 1º, DO CP – PRÁTICA DO CRIME DE FURTO NO PERÍODO NOTURNO – NO FURTO QUALIFICADO.....	595
Introdução.....	595
1 Conceituação: furto simples, causa de aumento referente à prática do furto no período de repouso noturno e furto qualificado.....	596

2 Correntes doutrinárias acerca do tema “possibilidade de incidência da causa de aumento prevista no art. 155, § 1º, do cp no furto qualificado” .....	598
3 Orientação jurisprudencial acerca da matéria.....	599
4 Tese jurídica: a causa de aumento prevista no § 1º do art. 155 do código penal (prática do crime de furto no período noturno) não incide no crime de furto na sua forma qualificada (§ 4º) .....	601
5 Confeção do precedente judicial acerca da matéria na seara do microsistema dos recursos especiais repetitivos.....	605
Conclusão .....	606
Referências bibliográficas.....	607

## **CAPÍTULO 29**

**Joel Ilan Paciornik**

A LEGALIDADE DE ÚLTIMA GERAÇÃO .....	611
Introdução.....	611
1 A gênese do direito não legislado.....	612
2 A consolidação do direito escrito.....	614
3 A subordinação das leis aos primados constitucionais e o pós-positivismo .....	618
4 A atividade jurisdicional como instrumento de ratificação dos primados constitucionais.....	623
Conclusão .....	629
Referências .....	630

## **CAPÍTULO 30**

**Assusete Magalhães**

EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO E DA GESTÃO DE PRECEDENTES NO STJ - DOS RECURSOS REPETITIVOS À RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DIREITO FEDERAL.....	635
Introdução.....	635
1 Trabalho do STJ na formação e na gestão de precedentes .....	637
2 Criação, para o recurso especial, do requisito da relevância das questões de direito federal: Emenda Constitucional 125/2022. Considerações gerais .....	640
2.1 Hipóteses de relevância presumida.....	644
2.2 Necessidade de regulamentação para a exigência da demonstração da relevância das questões de direito federal.....	645
2.3 Desafios e perspectivas .....	646
Conclusão .....	647
Bibliografia .....	649

## **CAPÍTULO 31**

**Jorge Mussi**

A IMPUGNAÇÃO RECURSAL DAS DECISÕES PROFERIDAS NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	651
---	-----

1 A função constitucional do Superior Tribunal de Justiça .....	651
2 Os meios de impugnação das decisões proferidas no âmbito do Tribunal da Cidadania.....	653
3 Agravos interno e regimental em matéria penal .....	654
4 Embargos de divergência.....	662
5 Embargos de declaração.....	665
Conclusão.....	667

## CAPÍTULO 32

**Luís Roberto Barroso**

A IGUALDADE DE REGIMES SUCESSÓRIOS ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS.....	669
Introdução.....	669
1. A evolução do conceito de família .....	670
1.1 Família e direito sucessório .....	670
1.2 Família e casamento .....	670
1.3 Família e filiação.....	671
1.4 Os diferentes modelos de família.....	672
1.5 Família e papel do Estado .....	674
2 Equiparação e desequiparação entre cônjuge e companheiro em matéria sucessória .....	675
2.1 A progressiva equiparação legal entre cônjuge e companheiro.....	675
2.2 A desequiparação de regimes sucessórios trazida pelo art. 1790 do CC/2002.....	676
2.3 Principais diferenças entre os regimes sucessórios de cônjuge e companheiro no novo Código Civil.....	678
3 Inexistência de hierarquia constitucional entre as formas de família.....	680
3.1 As famílias na Constituição .....	680
3.2 Demonstração da ilegitimidade da hierarquização das formas de família .....	681
3.3 Situações de desequiparação legítima entre formas de família.....	682
4 Dignidade da pessoa humana, proibição de proteção deficiente e vedação ao retrocesso.....	685
4.1 Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana .....	685
4.2 Violação ao princípio da proporcionalidade.....	687
4.3 Violação ao princípio da vedação do retrocesso.....	688
5 A solução da controvérsia .....	690
Conclusão.....	692
Referências bibliográficas.....	692

## CAPÍTULO 33

**Luiz Fux**

ESTADO, REGULAÇÃO E TRANSPORTE INDIVIDUAL URBANO NA ERA DIGITAL: A ADPF N. 449/DF.....	695
Prólogo .....	695

Introdução.....	696
1 A proteção dos agentes tradicionais do mercado de transporte em face dos novos concorrentes .....	698
2 A proteção do consumidor .....	707
3 A proteção da ordem urbanística e do tráfego.....	710
Conclusão.....	715
Referências .....	716

## **CAPÍTULO 34**

**Marco Aurélio Bellizze Oliveira**

A VALORIZAÇÃO DA ARBITRAGEM NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: O TRIBUNAL DA CIDADANIA FORTALECENDO AS FERRAMENTAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	719
---	-----

Introdução.....	719
1 A execução das sentenças arbitrais.....	721
2 A competência jurisdicional e a competência arbitral.....	728
3 Limites subjetivos do procedimento arbitral .....	735
4 Extensão e validade da cláusula arbitral .....	742
Conclusão.....	745
Referências Bibliográficas .....	746

## **CAPÍTULO 35**

**Marco Aurélio Gastaldi Buzzi**

**Aline Avila Ferreira dos Santos**

A PADRONIZAÇÃO DECISÓRIA EM MATÉRIAS PROCESSUAIS CIVIS: UM INSTRUMENTO À CONCRETIZAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	749
---	-----

Introdução.....	749
2 O processo civil contemporâneo: objetivos e desafios .....	751
3 O arcabouço legislativo e o ideário de segurança jurídica: O Código de Processo Civil e o sistema de precedentes .....	755
4 A Trajetória do Superior Tribunal de Justiça enquanto uma Corte de Precedentes e os recursos especiais repetitivos.....	758
5 Julgamentos de destaque em matéria Processual Civil e sua relevância para concretização da segurança jurídica.....	760
Conclusão.....	765
Bibliografia .....	767

## **CAPÍTULO 36**

**Paulo Dias de Moura Ribeiro**

PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA ABERTA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	771
---	-----

Introdução.....	771
-----------------	-----



1 Panorama do recurso.....	772
2 Os fundamentos do voto vencido.....	772
Conclusões .....	780
Bibliografia .....	780

## **CAPÍTULO 37**

**Raul Araújo**

RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NO CONTRATO DE ALUGUEL DE COFRE E BANCO.....	781
Introdução .....	781
1 Da Responsabilidade Civil do Fornecedor .....	784
2 Da reparação por danos morais .....	797
Conclusão .....	802

## **CAPÍTULO 38**

**Reynaldo Soares da Fonseca**

**Bruno Fernandes**

O COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE ATOS ILÍCITOS NO AMBIENTE CORPORATIVO .....	803
Introdução.....	803
1 O que é compliance? - delimitação conceitual e apontamentos iniciais.....	806
2 Para que serve o compliance? - Funções e estruturas.....	808
3 O que é preciso conter em programas de compliance?.....	810
4 A experiência brasileira: Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).....	813
Conclusão.....	817
Referências .....	818

## **CAPÍTULO 39**

**Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

A INTERPRETAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 QUANTO AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS CRIMINAIS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	823
Introdução.....	823
1 Situação dos recursos criminais para os tribunais superiores até a entrada em vigor do atual CPC.....	824
2 Situação normativa atual dos recursos criminais para os tribunais superiores.....	825
3 A fonte normativa mais importante sobre os recursos criminais para os tribunais superiores: o Código de Processo Civil .....	828
4 Aplicação efetiva do CPC nos recursos criminais para os tribunais superiores .....	838
5 As fontes normativas mais avançadas: os regimentos internos dos tribunais superiores.....	840
6 A lei especial das sustentações orais universais.....	856
Conclusões .....	856

**CAPÍTULO 40****Ricardo Villas Bôas Cueva****Karina Nunes Fritz**

HERANÇA DIGITAL: CONTROVÉRSIAS E DESAFIOS.....	859
Introdução .....	859
1 O estado da arte no direito brasileiro.....	861
2 A teoria da intransmissibilidade parcial.....	861
3 A corrente da transmissibilidade plena da herança digital.....	864
4 Questões para reflexão .....	871

**CAPÍTULO 41****A. Nabor A. Bulhões**

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTROVÉRSIA RELACIONADA AO PRAZO DECADENCIAL PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO À RESCISÃO EM FACE DOS CAPÍTULOS AUTÔNOMOS DA SENTENÇA .....	877
--	-----

**CAPÍTULO 42****Nelson Nery Junior****Ana Luiza Nery****Maria Carolina Nery**

JURISDIÇÃO ESTATAL, JURISDIÇÃO ARBITRAL E O STJ AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA .....	893
1 Colocação do problema .....	894
2 Algumas anotações sobre arbitragem .....	897
3 Conflito de competência entre juízos estatal e arbitral?.....	902
3.1 Inexistência de hierarquia entre juízo estatal e juízo arbitral. Não incidência da CF 105 I D .....	902
3.2 Impossibilidade de haver conflito de competência entre juízo estatal e juízo arbitral. Aplicação do CPC 485 VII <i>in fine</i> .....	904
4 Conflito de competência entre dois ou mais juízos arbitrais?.....	906
Conclusão .....	911
Referências Bibliográficas .....	913

**CAPÍTULO 43****Pablo Stolze Gagliano**

“DER TOTE ERBT DEN LEBENDEN” E O ESTRANGEIRISMO INDESEJÁVEL.....	917
1 Reflexão Inicial.....	917
2 A importância do Direito Comparado.....	917
3 Der Tote Erbt Den Lebenden .....	920
Conclusão.....	923

**CAPÍTULO 44****Jose Roberto Bedaque dos Santos**

INTERPRETAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	925
1 Considerações Iniciais.....	925
2 Uniformização de jurisprudência e enunciados vinculantes .....	926
3 Nulidades processuais.....	930
4 Tutela provisória.....	938
Conclusão.....	943

**CAPÍTULO 45****Roberto Rosas**

DA IGUALDADE NAS DECISÕES JUDICIAIS.....	945
--	-----

**CAPÍTULO 46****Rodrigo Mazzei****Tiago Figueiredo Gonçalves**

A REPRESENTAÇÃO DO ESPÓLIO PELO INVENTARIANTE E O CONTRADITÓRIO (PARTICIPAÇÃO) DOS INTERESSADOS NA HERANÇA...951	
Introdução.....	951
1 Atos <i>ordinários e extraordinários</i> do inventariante .....	952
2 Da função precípua do inventariante: o desfecho da sucessão (extinção do condomínio hereditário).....	954
3 Da necessidade de importação de técnicas em relação ao administrador judicial.....	956
4 Representação do espólio .....	957
4.1 Representação judicial do espólio .....	958
4.2 A representação judicial do espólio por inventariante dativo .....	961
4.3 A contratação de advogado pelo inventariante para o exercício da representação do espólio .....	963
4.4 Ações para a proteção da posse e propriedade de bem da herança .....	965
5 Administração do espólio .....	965
6 Breve fechamento.....	967
Referências .....	968

**CAPÍTULO 47****Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch**

A RELEVÂNCIA DO RESP Nº 1.338.432/SP NO DESENVOLVIMENTO DOS INSTITUTOS DA SUPRESSIO E DA SURRECTION O DIREITO BRASILEIRO...971	
--	--

Introdução .....	971
1 A boa-fé objetiva e os institutos da supressio e da surrectio nas relações contratuais: breve histórico .....	973
2 O julgamento do Recurso Especial nº 1.338.432/SP .....	975

a. Voto do Ministro Relator Luis Felipe Salomão .....	977
b. Repercussões e relevância do julgado.....	980
Conclusão.....	983
Bibliografia.....	984

## **CAPÍTULO 48**

**Sérgio Cruz Arenhart**

LITIGÂNCIA REPETITIVA E O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	987
1 Litigância repetitiva. Um fenômeno indesejável?.....	987
2 A proporcionalidade panprocessual e o desperdício de recursos judiciais .....	990
3 Os instrumentos de coletivização do código de processo civil à luz da panprocessualidade.....	993
4 Cadê o Ministério Público que não faz nada em relação a tudo isso?.....	998
5 A pergunta permanece a mesma: a litigância repetitiva é um fenômeno indesejável?.....	1001
Bibliografia.....	1002

## **CAPÍTULO 49**

**Tércio Sampaio Ferraz**

SÚMULA 343, DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E O PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA .....	1005
1 Coisa julgada como limite ao poder de mudar.....	1005
2 Ação rescisória .....	1010
3 A Súmula 343/STF.....	1012
4 Coisa julgada, isonomia, concorrência .....	1014
5 Livre concorrência e regulação .....	1018
6 Medir quantitativamente a isonomia.....	1020
7 Resumo conclusivo.....	1022
Bibliografia citada.....	1025

## **CAPÍTULO 50**

**David Pereira Cardoso**

**Teresa Arruda Alvim**

TEMOS UMA “NOVA” LEI PARA A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA?.....	1027
Introdução.....	1027
1 Ação de improbidade é ação civil pública?.....	1029
2 O que é improbidade?.....	1033
3 Ação de improbidade como ramo do direito sancionador.....	1036
4 Sujeito passivo .....	1041
5 Procedimento que nada tem de comum .....	1043

6 Acordos na ação de improbidade.....	1047
Conclusão.....	1050
Referência bibliográfica.....	1050